Demonstrações Financeiras

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

31 de dezembro de 2016 com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório da administração 1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 3
Balanço patrimonial 9
Demonstração dos resultados 10
Demonstração dos resultados abrangentes 11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstração dos fluxos de caixa 13
Demonstração do valor adicionado 14
1. Contexto operacional 15
2. Políticas contábeis 15
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas 23
4. Caixa e equivalentes de caixa 24
5. Contas a receber 25
6. Impostos a recuperar 26
7. Imposto de renda e contribuição social 26
8. Imobilizado 28
9. Intangível 29
10. Partes relacionadas 30
11. Empréstimos e financiamentos 31
12. Debêntures 31
13. Contrato de concessão 32
14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 34
15. Outras obrigações 35
16. Impostos e contribuições a recolher 36
17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV 36
18. Patrimônio Líquido 36
19. Instrumentos financeiros e riscos de mercado 37
20. Lucro (prejuízo) por ação 41
21. Receita operacional líquida 41
22. Despesas operacionais por natureza 42
23. Resultado financeiro 42
24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas 42
25. Seguros 43
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras 44
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes 45

Relatório da Administração 2016

Paranaguá, 09 de março de 2017.

Senhores Acionistas,

A administração da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A ("Companhia") em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais, referente ao exercício de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria.

O ano de 2016 foi marcado pela instabilidade política no Brasil, na qual ocasionou impactos negativos na economia. A deterioração dos indicadores macroeconômicos como o nível de desemprego, aumento da inflação, desvalorização da moeda e taxa de juros elevada somada com a incerteza do cenário político, criou um ambiente negativo para empresas, principalmente para as que dependem de insumos importados.

Mesmo nesse cenário desafiador, a TCP manteve a sua estratégia de investimento para cada vez mais oferecer um serviço de excelência para os seus clientes. No quesito de investimentos a empresa concluiu dois projetos relevantes (i) implementação do *software* de gestão operacional NAVIS e (ii) conclusão da expansão do armazém de importação. Ambos projetos trarão benefícios para os nossos clientes, pois a expectativa é de melhorar a produtividade do terminal como um todo e de oferecer serviços de armazenagem logística com agilidade e segurança.

É importante destacar também que o ano de 2016 foi marcado pela renovação do contrato de concessão da TCP. Em 13 de abril de 2016, o contrato de concessão da TCP foi estendido até 2048, um incremento de 25 anos em relação ao contrato original. Em contrapartida, a TCP apresentou um ambicioso projeto de expansão do terminal, com a construção de um cais (berço 218) adicional (220 metros), retroárea adicional de (157.000 m²) e quatro dolphins de atracação. Além do projeto de expansão, a TCP irá realizar investimentos de manutenção e atualização dos seus equipamentos e softwares no valor de R$548,5 milhões entre 2023 a 2048.

Para concluir o investimento de expansão da TCP a Companhia levantou R$588 milhões de reais por meio da emissão de debentures. Foram 3 séries emitidas, sendo que na 1ª série foi captado R$ 100,0 milhões ao custo de CDI+3,4% com prazo de 3 anos, a 2ª série foi captado R$ 60,1 milhões ao custo de CDI+3,9% com prazo de 5 anos e a 3ª série foi captado R$ 428,0 milhões ao custo de IPCA+7,8% com prazo de 6 anos.

No aspecto operacional, a TCP movimentou 759.297 TEUS (Twenty-foot equivalent unit) em 2016, uma queda de 7% contra 2015. Os destaques negativos ficaram por conta da movimentação de cheios, em que tanto a importação como a exportação tiveram queda de 5% em relação à 2015.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2016, destacamos a Receita Líquida de R$ 466,9 milhões, valor 3,8% maior que no mesmo período do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R$ 449,6 milhões.

Outro indicador de destaque no ano 2016 foi o crescimento do EBITDA Ajustado da Companhia que teve um crescimento de 6,4%, chegando ao valor de R$ 272,4 milhões, contra R$ 256,1 milhões do ano anterior.

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2016 totalizaram R$ 317,2 milhões, contra R$ 286,3 milhões no exercício de 2015. A principal variação dos custos se deve ao aumento da amortização do contrato de arrendamento devido à prorrogação do prazo de concessão (25 anos adicionais). Tal prorrogação gerou a adição de R$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível. Além do aumento da amortização do contrato de arrendamento, outra linha de despesa que sofreu aumento expressivo foram as despesas que tivemos com a conclusão do acordo coletivo de trabalho dos operadores multifuncionais que tinham negociações desde 2013 o que impactou negativamente essa linha de despesa.

O resultado líquido em 2016 foi de R$ 8 milhões negativo, contra R$ 39 milhões positivo no ano de 2015, sendo que a despesa financeira líquida no exercício foi de R$ 183 milhões, contra R$ 127 no exercício de 2015.

Os investimentos do período somaram R$ 122,9 milhões, contra R$ 95,9 milhões no exercício de 2015, sendo os maiores investimentos feitos pela Companhia a implantação do novo sistema operacional e início da mobilização para a obra de expansão através de aquisição de materiais.

A dívida bruta totalizou em 2015 R$ 1.318,4 milhões, contra R$ 750,9 milhões em 2015. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R$ 613 milhões contra R$ 37, no exercício de 2015.

Ainda sobre o aspecto operacional destacamos o MPH (Movimento por Hora Navio) médio que foi de 81 em 2016 um crescimento de 5% em relação ao ano de 2015. A expectativa é de que com a entrada do novo sistema operacional a TCP consiga incrementar ainda mais a sua produtividade.

Atenciosamente,

Luiz Antonio Rodrigues Alves
Diretor Presidente

Alexandre Rubio Teixeira Pinto
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Building a better working world

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1440
14º Andar - Centro
80410-201 - Curitiba, PR, Brasil

Tel: (5541) 3593-0700
Fax: (5541) 3593-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better
working world

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresentam um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, incluídas pela Administração na nota explicativa 2.3.

Ativo intangível do contrato de concessão

Em abril de 2016, a concessão obtida pela Companhia referente à exploração das instalações portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um terminal de contêineres foi renovada junto ao poder concedente, tendo sua vigência ampliada para até 07 de outubro de 2048. O referido contrato prevê que sejam efetuadas pela concessionária investimento na infraestrutura da concessão, incluindo obras de ampliação, atualização, aprimoramento e manutenção dos bens que integram a área concedida. Como resultado da renovação foi reconhecido ativo intangível relacionado ao direito de uso da infraestrutura no montante de R$1.454.638 mil em contrapartida ao passivo financeiro, referente aos pagamentos mensais a serem efetuados a uma taxa fixa pelo arrendamento do local, adicionado de tarifa por volume de movimentações, conforme previsto no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância do valor envolvido, além do fato que o cálculo do valor presente do ativo financeiro envolve julgamento e a utilização de premissas subjetivas por parte da Administração da Companhia.

Building a better
working world

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação da adequação do registro contábil resultante e avaliação das premissas adotadas e cálculos efetuados para o ajuste a valor presente. Obtivemos o novo contrato de renovação da concessão firmado pela Companhia e avaliamos os respectivos impactos na contabilidade, especialmente no que tange à atualização do passivo financeiro (nova obrigação perante a concessão). Adicionalmente, para uma amostra de adições à infraestrutura do serviço da concessão, efetuamos teste documental, análise da natureza dos gastos capitalizados e sua adequação em relação às normas contábeis em vigor, além de recálculo da amortização calculada pela Companhia.

Adicionalmente, efetuamos leitura do contrato e avaliamos os impactos relativos as divulgações pertinentes sobre tal tema.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Como resultado de suas atividades operacionais, a Companhia é parte em diversos processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível e nenhuma provisão foi constituída, no montante de R$ 57.309 mil em 31 de dezembro de 2016.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Envolvemos especialistas tributários, quando necessário, para auxiliar na interpretação e avaliação de riscos de causas mais subjetivas e efetuamos reuniões periódicas com a Administração e com os seus especialistas para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações sobre esse assunto incluídas na nota explicativa 14 foram adequadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Building a better
working world

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Building a better
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 09 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6

Alexandre Rubio
Contador CRC 1SP223361/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**613.153**	37.386
Contas a receber de clientes	5	**45.371**	40.395
Estoques		**370**	222
Impostos a recuperar	6	**10.888**	7.348
Partes relacionadas	10	**1.728**	-
Outros créditos		**3.184**	1.725
		674.694	87.076
Não circulante			
Aplicações financeiras		**-**	5.685
Depósitos judiciais	14	**11.222**	8.154
Partes relacionadas	10	**6.867**	13.757
Outras contas a receber	5	**5.634**	2.860
Imobilizado	8	**679.500**	641.358
Intangível	9	**1.982.206**	560.818
		2.685.429	1.232.632
Total do ativo		**3.360.123**	1.319.708

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		**23.737**	20.590
Empréstimos e financiamentos	11	**196.087**	84.607
Debêntures	12	**3.126**	-
Contrato de concessão	13	**41.139**	34.759
Impostos e contribuições a recolher	16	**3.017**	8.124
Partes relacionadas	10	**2.057**	2.136
Parcelamento dos impostos - REFIS	17	**1.878**	1.877
Outras obrigações	15	**14.596**	14.427
		285.637	166.520
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**564.538**	666.322
Debêntures	12	**554.627**	-
Partes relacionadas	10	**9.912**	16.270
Contrato de concessão	13	**1.760.151**	265.630
Parcelamento dos impostos - REFIS	17	**12.835**	14.713
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	**10.104**	11.272
Impostos diferidos	7	**41.389**	46.692
		2.953.556	1.020.899
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**109.379**	107.404
Reservas de lucros		**11.551**	24.885
		120.930	132.289
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.360.123**	1.319.708

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	21	**466.905**	449.606
Custo dos serviços prestados	22	**(274.068)**	(251.129)
Lucro bruto		**192.837**	198.477
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	**(999)**	(889)
Despesas gerais e administrativas	22	**(42.171)**	(34.261)
Resultado financeiro	23	**(183.472)**	(126.599)
Outras, líquidas	24	**20.169**	22.069
Total das despesas operacionais, líquidas		**(206.473)**	(139.680)
Lucro antes dos impostos		**(13.636)**	58.797
Impostos de renda e contribuição social corrente	7	**-**	(7.406)
Impostos de renda e contribuição social diferido	7	**5.303**	(12.562)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(8.333)**	38.829
Lucro (prejuízo) líquido, básico e diluído, por ação – R$	20	**(1,03)**	4,78

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(8.333)**	38.829
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	**(8.333)**	38.829

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 de 2015

(Em milhares de reais)

				Reserva de lucros				
	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Outras reservas	Lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		107.405	(1)	9.697	8.246	6.656	-	132.003
Dividendos distribuídos - exercício anterior		-	-	-	-	(4.680)	-	(4.680)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.829	38.829
Destinação proposta do resultado do exercício:								
Constituição da reserva legal	18	-	-	1.941	-	-	(1.941)	-
Dividendos antecipados	18	-	-	-	-	-	(33.863)	(33.863)
Redução reserva de capital	18	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos a distribuir	18	-	-	-	-	3.025	(3.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		107.405	(1)	11.638	8.246	5.001	-	132.289
Aumento de capital	18	**1.974**	**1**	-	-	**(1.975)**	-	-
Dividendos distribuídos – exercício anterior	18	-	-	-	-	**(3.026)**	-	**(3.026)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	**(8.333)**	**(8.333)**
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	**(8.333)**	-	-	**8.333**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**109.379**	-	**3.305**	**8.246**	-	-	**120.930**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro líquido do exercício	**(8.333)**	38.829
Depreciações	**59.815**	56.582
Amortizações	**66.211**	52.662
Baixas líquidas de imobilizado	**757**	455
Provisão juros sobre empréstimos	**110.509**	103.760
Provisão juros debêntures	**10.684**	-
Amortização custo debêntures	**1.260**	-
Provisão juros contrato de concessão	**82.554**	30.718
Reversão de provisão crédito liquidação duvidosa	**(2.112)**	5.603
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(1.168)**	(2.205)
Imposto de renda diferido	**(5.303)**	12.562
	314.874	298.966
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
Redução (aumento) dos investimentos em aplicações financeiras	**5.685**	(547)
Aumento das contas a receber de clientes	**(5.638)**	(19.717)
Aumento dos estoques	**(148)**	(183)
Redução (aumento) de outros créditos	**(1.459)**	1.073
Aumento de partes relacionadas	**(1.275)**	605
Aumento de outros ativos circulantes e não circulantes	**(6.608)**	(5.131)
Aumento de fornecedores	**(5.615)**	6.743
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	**(6.984)**	4.607
Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	**170**	(1.928)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**293.002**	284.488
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Adições do intangível	**(25.298)**	(21.806)
Adições do imobilizado	**(97.615)**	(74.186)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**(122.913)**	(95.992)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Captação de empréstimos circulantes e não circulantes	**74.100**	-
Pagamentos de empréstimos (principal)	**(65.316)**	(14.961)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	**(109.600)**	(125.100)
Pagamentos contrato de concessão	**(36.289)**	(34.659)
Dividendos pagos	**(3.026)**	(38.543)
Debêntures	**588.142**	-
Custo captação debêntures	**(42.333)**	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	**405.678**	(213.263)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**575.767**	(24.767)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do exercício	**37.386**	62.153
No final do exercício	**613.153**	37.386
	575.767	(24.767)
Itens que não afetam caixa		
Imobilizado	**1.099**	-
Intangível	**7.663**	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	**519.938**	506.514
Venda de mercadorias, produtos e serviços	**407.210**	480.402
Outras receitas	**110.616**	31.715
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	**2.112**	(5.603)
Insumos adquiridos de terceiros	**(138.532)**	(141.805)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(58.031)**	(49.586)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(69.823)**	(68.259)
Outras	**(10.678)**	(23.960)
Valor adicionado bruto	**381.406**	364.709
Depreciação e amortização	**(126.026)**	(109.244)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**255.380**	255.465
Valor adicionado recebido em transferências	**50.784**	34.249
Receitas financeiras	**30.615**	12.180
Outras	**20.169**	22.069
Valor adicionado total a distribuir	**306.164**	289.714
Distribuição do valor adicionado	**306.164**	289.714
Pessoal	**65.361**	53.587
Remuneração direta	**46.899**	39.175
Benefícios	**15.672**	12.528
F.G.T.S.	**2.790**	1.884
Impostos, taxas e contribuições	**35.049**	58.519
Federais	**18.601**	41.989
Estaduais	**109**	-
Municipais	**16.339**	16.530
Remuneração de capitais de terceiros	**214.087**	138.779
Juros	**202.992**	133.861
Variações cambiais	**3.623**	1.203
Outras	**7.472**	3.715
Remuneração de capitais próprios	**(8.333)**	38.829
Dividendos	**-**	33.863
Lucros retidos	**(8.333)**	4.966

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de arrendamento do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo de arrendamento definido. Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048.Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2016 e 2015.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; impostos; e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 9 de março de 2017.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal, sendo reconhecida sua receita quando do embarque no navio, tratando-se de exportação e quando da retirada pelo cliente do terminal quando tratar-se de importação. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

- Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem e 3% sobre os demais serviços de Operação Portuária
INSS sobre receita – 1% até novembro de 2015 e 1,5% a partir de dezembro de 2015.

2.5 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado-

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13 Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

2.14 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, por ser uma demonstração prevista e obrigatória para Companhias listadas no Brasil.

2.15 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2015, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2015, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contatos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7: As alterações à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa, fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações, se aplicável, poderá resultar em divulgação adicional pela Companhia.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	**13.008**	8.204
Aplicações financeiras		
Banco Santander	**34.644**	17.741
Banco Votorantim	**65.976**	-
Banco ABC S/A	**46.888**	-
Banco Bradesco	**267**	-
Banco BTG	**50.775**	-
Banco Paraná	**25.392**	8.436
Caixa Econômica Federal	**372.507**	2.002
Banco Itaú BBA	**3.696**	1.003
	613.153	37.386

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário e compromissadas de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 50% a 106,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A Companhia possui uma conta corrente em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú – BBA Nassau no valor de R$10.612 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 6.638 em 31 de dezembro de 2015). A finalidade desta conta é o pagamento de importações de maquinários do exterior. Não existem saldos com restrições de caixa.

5. Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Clientes	**38.481**	39.865
Serviços prestados e não faturados	**16.663**	9.641
Outros	**48**	48
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(4.187)**	(6.299)
	51.005	43.255
Circulante	**45.371**	40.395
Não circulante	**5.634**	2.860

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2016 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (48% em 31 de dezembro de 2015) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	**36.695**	31.546
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	**5.238**	9.919
De 31 a 90 dias	**3.832**	2.430
De 91 a 180 dias	**2.186**	64
Acima de 180 dias	**7.241**	5.595
Total	**55.192**	49.554

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias, conforme base histórica de perda, além demais provisões de clientes pontuais, os quais totalizavam R$ 4.187 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 6.299 em 31 de dezembro de 2015).

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante R$ 5.634 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.860 em 2015), estão em fase de cobrança judicial e estão demonstrados conforme tabela abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Clientes em cobrança judicial	**5.634**	2.860
Total	**5.634**	2.860

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	**(6.299)**	(696)
Provisão adicional / reversão	**2.112**	(5.603)
Saldo no final do exercício	**(4.187)**	(6.299)

6. Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão IR s/aplicações	**3.665**	1.341
INSS a recuperar	**1.819**	1.819
ISS a recuperar	**1.734**	1.318
IRRF a recuperar s/resgate aplicações financeiras	**1.634**	2.728
Fundaf a recuperar	**1.710**	-
Pis a compensar	**321**	87
Cofins a compensar	**-**	51
Outros impostos a recuperar	**5**	4
Saldo no final do exercício	**10.888**	7.348

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para créditos de clientes de liquidação duvidosa). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**5.529**	6.698
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**4.187**	6.299
Outras diferenças temporárias	**806**	498
Prejuízo fiscal	**52.586**	-
	63.108	13.495
Alíquota	**34%**	34%
Total Imposto diferido ativo	**21.457**	4.588
Amortização do ágio	**(164.819)**	(132.919)
Juros capitalizados	**(14.595)**	(15.783)
Custo de captação de empréstimo	**(5.425)**	(2.121)
	(184.839)	(150.823)
Alíquota	**34%**	34%
Total imposto diferido passivo	**(62.845)**	(51.280)
Total líquido	**(41.389)**	(46.692)

b) Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes dos impostos	**(13.636)**	**(13.636)**	58.797	58.797
Alíquotas	**25%**	**9%**	25%	9%
Tributos	**3.409**	**1.227**	(14.699)	(5.292)
Adições permanentes	**490**	**177**	(190)	(69)
Diferença de alíquota	**-**	**-**	24	-
Incentivos fiscais	**-**	**-**	120	-
Outros	**-**	**-**	211	(73)
Total de tributos lançados ao resultado	**3.899**	**1.404**	(14.534)	(5.434)
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	25%	9%
Tributos correntes	**-**	**-**	(5.297)	(2.109)
Tributos diferidos	**3.899**	**1.404**	(9.237)	(3.325)

8. Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como segue:

Vida útil	25 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos		
Custo	**Edificações e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamento processamento de dados**	**Veículos**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/14	361.940	303.791	3.372	8.454	3.323	16.635	119.493	817.008
Aquisições	9.905	23.058	315	3.948	1.127	1.806	34.027	74.186
Baixas	-	(2)	(1)	-	(929)	-	-	(932)
Transferências	71.906	33.527	133	977	-	-	(106.543)	-
Saldo em 31/12/15	443.751	360.374	3.819	13.379	3.521	18.441	46.977	890.262
Aquisições	**25.674**	**19.747**	**441**	**3.842**	**921**	**2.416**	**45.673**	**98.714**
Baixas	**-**	**(748)**	**-**	**-**	**(664)**	**-**	**-**	**(1.412)**
Transferências	**37.287**	**2.769**	**-**	**595**	**-**	**-**	**(40.651)**	**-**
Saldo em 31/12/16	**506.712**	**382.142**	**4.260**	**17.816**	**3.778**	**20.857**	**51.999**	**987.564**

Depreciação	**Edificações e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamento processamento de dados**	**Veículos**	**Outros**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/14	(86.856)	(99.234)	(1.344)	(3.953)	(1.011)	(401)	-	(192.799)
Depreciação	(19.827)	(34.032)	(362)	(1.499)	(860)	(2)	-	(56.582)
Baixas	-	-	-	-	477	-	-	477
Transferências	(391)	-	-	-	-	391	-	-
Saldo em 31/12/15	(107.074)	(133.266)	(1.706)	(5.452)	(1.394)	(12)	-	(248.904)
Depreciação	**(15.553)**	**(41.135)**	**(324)**	**(2.162)**	**(637)**	**(4)**	**-**	**(59.815)**
Baixas	**-**	**273**	**-**	**-**	**382**	**-**	**-**	**655**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31/12/16	**(122.627)**	**(174.128)**	**(2.030)**	**(7.614)**	**(1.649)**	**(16)**	**-**	**(308.064)**
Saldo em 31/12/16	**384.085**	**208.014**	**2.230**	**10.202**	**2.129**	**20.841**	**51.999**	**679.500**
Saldo em 31/12/15	336.677	227.108	2.113	7.927	2.127	18.429	46.977	641.358

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados juros sobre empréstimos no montante de R$ 10.684 (em 2015 não ocorreu capitalização de juros), os quais são oriundos do imobilizado em andamento além das obras de expansão do Cais para cumprir o contrato de renovação da concessão. As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período e no exercício apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

9. Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos			
Custo	**Gastos com software**	**Estudos, projetos e detalhamentos**	**Contrato concessão**	**Ágio**	**Intangível em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2014	5.871	17.016	657.773	159.503	81	840.244
Aquisições	15.801	6.005	-	-	-	21.806
Transferências	81	-	-	-	(81)	-
Saldo em 31/12/2015	21.753	23.021	657.773	159.503	-	862.050
Aquisições	**11.644**	**21.317**	**1.454.638**	-	-	**1.487.599**
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/16	**33.397**	**44.338**	**2.112.411**	**159.503**	-	**2.349.649**

Amortização	**Gastos com software**	**Estudos, projetos e detalhamentos**	**Contrato concessão**	**Ágio**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2014	(4.298)	(2.004)	(242.268)	-	-	(248.570)
Amortização	**(3.639)**	**(1.609)**	**(47.414)**	-	-	**(52.662)**
Saldo em 31/12/2015	**(7.937)**	**(3.613)**	**(289.682)**	-	-	**(301.232)**
Amortização	**(7.889)**	**(998)**	**(53.643)**	**(3.681)**	-	**(66.211)**
Saldo em 31/12/2016	**(15.826)**	**(4.611)**	**(343.325)**	**(3.681)**	-	**(367.443)**
Saldo em 31/12/2016	**17.571**	**39.727**	**1.769.086**	**155.822**	-	**1.982.206**
Saldo em 31/12/2015	13.816	19.408	368.091	159.503	-	560.818

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o Ágio), quando aplicável são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Passivo		Resultado	
	Créditos retidos e Mutuo		Contas a pagar		Serviços de melhoria de software		Prêmio de gestão e serviço de melhoria de software (*)	
	2016	2015	**2016**	2015	**2016**	2015	**2016**	2015
	(b)	(b)	**(b)**	(b)	**(a)**	(a)		
Galigrain S.A.	**740**	1.405	**(861)**	(1.662)	-	-	-	-
Tuc Participações	**1.070**	1.959	**(1.074)**	(2.317)	-	-	-	-
Soifer Participações	**3.296**	7.610	**(6.880)**	(9.000)	-	-	-	-
Pattac	**1.070**	1.959	**(1.074)**	(2.317)	-	-	-	-
Grupo TCB	**691**	824	**(23)**	(974)	**(2.057)**	(2.136)	**(256)**	(214)
TCP LOG	**1.728**	-	-	-	-	-	-	-
	8.595	13.757	**(9.912)**	(16.270)	**(2.057)**	(2.136)	**(256)**	(214)
Circulante	**1.728**	-	-	-	**(2.057)**	(2.136)	-	-
Não circulante	**6.867**	13.757	**(9.912)**	(16.270)	-	-	-	-

(*) Valores contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas.

a) O montante devido ao Grupo Maritim TCB S/L – GMTCB (Grupo TCB) é relativo à prestação de serviços de melhorias no software utilizado pelo TCP. O valor incorrido refere-se ao pagamento dos serviços e ressarcimento dos custos incorridos pelo Grupo Maritim TCB S/L – GMTCB na prestação dos serviços acima mencionados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

b) Os montantes dos créditos retidos e de dividendos registrados no longo prazo referem-se às retenções de 50% dos dividendos obrigatórios pagos em 2012 e 2013, previstas no contrato de venda das ações (ocorrido em 2011) as quais tem o objetivo de serem garantias de qualquer evento indenizável que ainda não tenha se materializado (originário anteriormente a 30 de junho de 2011) por prazo indeterminado. Os saldos ativos são mantidos em aplicações financeiras vinculadas e são remunerados a 103,1% do CDI. O valor de R$ 1.728 em 31 de dezembro de 2016 refere-se a mutuo entre o TCP Terminal e o TCP LOG.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou pagamento no valor de R$ 27.500 referente ao contrato de construção civil que a Companhia assinou em 01 de outubro de 2016 sob o regime de Empreitada Global com a empresa Porto Construtora de Obras Ltda., a qual será responsável pelos serviços de engenharia e construção civil, das obras de ampliação do terminal, no valor global de R$ 554.729.

Os demais saldos de ativos e as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com as partes relacionadas, foram realizadas em bases e condições estabelecidas pela Administração.

A redução dos montantes de partes relacionadas refere-se basicamente à distribuição dos dividendos anteriormente retidos para os antigos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de maio de 2016, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R$6.948, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração no valor de R$4.335 (R$3.971 em 2015). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/12/2016	31/12/2015
Nota de Crédito à Exportação	CDI +1,15% a 3,00%	**716.930**	692.588
Finem	TJLP + 1,88%	**43.267**	57.707
Finame	3,5%	**428**	634
		760.625	750.929

Passivo circulante	**196.087**	84.607
Passivo não circulante	**564.538**	666.322

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2018	**168.775**
2019	**178.592**
2020	**201.074**
2021	**16.097**
Total	**564.538**

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2;

Nos exercícios apresentados a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos, exceto os bens adquiridos pela modalidade Finame.

12. Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	**100.000**	-
Custo captação			**-2.657**	
Juros e custos apropriados			**2.624**	
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	**60.095**	-
Custo captação			**-1.800**	
Juros e custos apropriados			**1.593**	
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	**428.047**	-
Custo captação			**-37.875**	-
Juros e custos apropriados			**7.728**	
Total Captado			**588.142**	
Total custo de captação			**-42.333**	
Total líquido captado			**545.809**	
Total juros e custos apropriados			**11.944**	
Saldo líquido atual			**557.753**	
			3.126	-
Passivo circulante				
Passivo não circulante			**554.627**	-

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2018	**11.194**
2019	**91.772**
2020	**9.962**
2021	**156.020**
2022	**285.679**
Total	**554.627**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

13. Contrato de concessão

a) Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o "antigo TCP" (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de arrendamento das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ("APPA"), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas a serem movimentadas.

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o arrendamento, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m^2 de retroárea, totalizando 487 mil m^2 e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 03 de outubro de 2014, somam R$ 543.174, em valores de 2014.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, no valor mínimo de R$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	31/12/2016	**31/12/2015**
Parcelas fixas	**378.271**	63.712
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	**1.423.019**	236.677
Total	**1.801.290**	300.389
Parcela no circulante	**41.139**	34.759
Parcela no não circulante	**1.760.151**	265.630

Durante o exercício de 2016 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R$8.253 e R$28.036 (R$7.107 e R$27.552 em 2015) respectivamente, totalizando um desembolso de R$36.289 (R$34.659 em 2015).

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2018	**35.956**
2019	**45.268**
2020	**45.268**
2021	**45.268**
2022	**45.268**
2023 a 2027	**262.298**
2028 a 2032	**272.414**
2033 a 2037	**299.247**
2038 a 2042	**370.972**
2043 a 2048	**338.192**
Total	**1.760.151**

b) Intangível

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R$1.769.086 sendo R$2.112.411 de principal e R$343.325 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R$53.643 (R$47.414 em 2015), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Tributárias	7.682	**4.915**	**(6.588)**	**6.009**
Trabalhistas	3.584	**600**	**(95)**	**4.089**
Cíveis	6	**-**	**-**	**6**
	11.272	**5.515**	**(6.683)**	**10.104**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R$ 57.309 (R$ 233.020 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	**27.231**	208.823
Trabalhistas	**14.940**	14.436
Cíveis	**11.075**	8.765
Outras	**4.063**	996
	57.309	233.020

A diminuição no período das contingências tributárias, avaliadas com risco de perda possível, decorre da obtenção de êxito em esfera judicial de determinados processos relacionados a questionamentos vinculados a IRPJ e CSLL. A probabilidade de perda para estes casos passou a ser considerada pelos advogados da Companhia como remota.

A Companhia possui um instrumento particular de ressarcimento de perdas ocorridas por contingências se originadas em data anterior a 06 de julho de 2011, com previsão de retenção de dividendos, junto aos antigos acionistas, como descrito na Nota 10.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Trabalhista	6.445	**9.431**	**(6.255)**	**9.621**
Cível e Tributário	1.709	**-**	**(108)**	**1.601**
	8.154	**9.431**	**(6.363)**	**11.222**

15. Outras obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	**2.126**	1.659
Provisão de bônus	**5.327**	5.122
Provisão de férias e 13º	**3.493**	2.605
Outras obrigações trabalhistas	**3.444**	2.366
Outras obrigações	**206**	389
Acordo OGMO	**-**	2.286
	14.596	14.427

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	-	4.385
Contribuição social	-	1.506
ISS	**1.450**	1.597
INSS s/Faturamento	**403**	338
PIS e COFINS	**911**	-
Outros impostos a recolher	**253**	298
	3.017	8.124

17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R$15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante	**1.878**	1.877
Passivo não circulante	**12.835**	14.713
	14.713	16.590

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Atualização monetária	Amortizações	30/09/2016
REFIS	16.590	**1.261**	**(1.878)**	**14.713**

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado é de R$109.380 (R$ 107.405 em 31 de dezembro de 2015), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2016 foi deliberado o aumento do capital social de R$1.974, sem alterações nas ações ordinárias.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 de setembro de 2016 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos relativos ao lucro proveniente do exercício anterior, no valor de R$ 3.026, conforme já estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de 23 de maio de 2016 para distribuição ao único acionista ao qual foi pago em outubro de 2016.

c) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu reserva legal em decorrência do prejuízo do período (R$1.941 em 2015).

d) Outras reservas

A constituição das outras reservas no valor R$8.246 refere-se à segregação dentro do patrimônio líquido para o lucro acumulado proveniente de antiga controlada, antes de sua incorporação, ocorrida em outubro de 2011. Este resultado deriva basicamente do resultado de equivalência patrimonial anterior a esta incorporação.

19. Instrumentos financeiros e riscos de mercado

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Com base na TJLP definida para 31 de dezembro de 2016 pelo COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente:

		Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
Fator de Risco	**Risco**	**31/12/2016**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (-50%)**	**Cenário V (+50%)**
Ativos						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	600.145	(15.379)	15.379	(30.757)	30.757
Passivo						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	716.930	18.371	(18.371)	36.743	(36.743)
TJLP - Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	43.267	811	(811)	1.623	(1.623)
Debêntures 1ª série	Alta do CDI	99.967	2.562	(2.562)	5.123	(5.123)
Debêntures 2ª série	Alta do CDI	59.888	1.535	(1.535)	3.069	(3.069)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	397.899	4.844	(4.844)	9.689	(9.689)
Posição Líquida/ Impacto Líquido		**717.806**	**12.745**	**(12.745)**	**25.489**	**(25.489)**
Taxas de CDI utilizada - %		10,25%	7,69%	12,81%	5,13%	15,38%
Taxas de TJLP utilizada - %		7,50%	5,63%	9,38%	3,75%	11,25%
Taxas de IPCA utilizada - %		4,87%	3,65%	6,09%	2,44%	7,31%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira.

		Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
Fator de Risco	**Risco**	**31/12/2016**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (-50%)**	**Cenário V (+50%)**
Ativos						
Dólar - Conta corrente bancária	Queda do dólar	**10.612**	**(2.653)**	**2.653**	**(5.306)**	**5.306**
Taxa do dólar utilizada – R$		3,25	2,44	4,06	1,63	4,88

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	**613.153**	37.386	**613.153**	37.386
Contas a receber de clientes (nota 5)	**51.005**	-	**51.005**	-
Aplicações financeiras de longo prazo	**-**	5.685	**-**	5.685
	664.158	43.071	**664.158**	43.071
Passivos financeiros				
Fornecedores	**23.737**	20.590	**23.737**	20.590
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	**760.625**	750.929	**760.625**	750.929
Debêntures (nota 12)	**557.753**	-	**557.753**	-
Contrato de concessão (Nota 13)	**1.801.290**	300.389	**1.801.290**	300.389
	3.143.405	1.071.908	**3.143.405**	1.071.908

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 20165 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

c. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

d. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para enfocar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2016					
Contrato de concessão (nota 13)	41.139	81.224	135.804	1.543.123	**1.801.290**
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	196.087	347.367	217.171	-	**760.625**
Debêntures (nota 12)	3.126	102.966	165.982	285.679	**557.753**
Fornecedores	23.737	-	-	-	**23.737**
Em 31 de dezembro de 2015					
Contrato de concessão (Nota 13)	34.759	35.447	121.902	108.281	**300.389**
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	84.607	163.649	502.673	-	**750.929**
Fornecedores	20.590	-	-	-	**20.590**

e. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	**760.625**	750.929
Debêntures (nota 12)	**557.753**	-
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	**(613.153)**	(37.386)
Aplicações financeiras de longo prazo	**-**	(5.685)
Dívida líquida	**705.225**	707.858
Patrimônio líquido (nota 18)	**120.930**	132.289
Patrimônio líquido e dívida líquida	**826.155**	840.147
Quociente de alavancagem	**85%**	84%

20. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(8.333)**	38.829
Média ponderada das ações	**8.116.936**	8.116.936
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	**(1,03)**	4,78

21. Receita operacional líquida

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Operações de cais	**290.562**	292.675
Armazenagem	**116.648**	133.292
Outros	**110.616**	86.150
Total da receita bruta	**517.826**	512.117
Deduções da receita:		
Impostos federais	**(23.904)**	(22.021)
Impostos municipais	**(16.339)**	(16.530)
Cancelamento de serviços prestados	**(10.678)**	(23.960)
Total das deduções	**(50.921)**	(62.511)
Receita operacional líquida	**466.905**	449.606

22. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2016	31/12/2015
Custos dos serviços prestados	**(274.068)**	(251.129)
Despesas com vendas	**(999)**	(889)
Despesas administrativas	**(42.171)**	(34.261)
Total das despesas	**(317.238)**	(286.279)
Despesas por natureza:		
Custos do serviço prestado	**(56.028)**	(55.189)
Despesas gerais	**(27.967)**	(27.622)
Amortizações e depreciações	**(126.026)**	(109.244)
Despesas com pessoal	**(65.361)**	(53.587)
Despesas com combustível	**(9.042)**	(8.099)
Despesas com manutenção	**(13.368)**	(12.478)
Energia elétrica	**(19.446)**	(20.060)
Total das despesas	**(317.238)**	(286.279)

23. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Encargos sobre o contrato da concessão	**(80.885)**	(30.101)
Despesas bancárias e descontos concedidos	**(3.251)**	(1.763)
Juros s/empréstimos	**(109.986)**	(103.760)
Juros s/ debêntures	**(10.684)**	-
Variação cambial / monetária	**(4.885)**	(1.203)
Pis/Cofins sobre receita financeira	**(895)**	(269)
Custo das debêntures	**(1.260)**	-
Outras	**(2.241)**	(1.683)
Total	**(214.087)**	(138.779)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	**17.514**	8.119
Variação cambial ativa	**720**	2.841
Juros recebidos	**463**	1.195
Juros ativos	**11.347**	-
Variação sobre o contrato da concessão	**539**	-
Outras	**32**	25
Total	**30.615**	12.180
Resultado financeiro líquido	**(183.472)**	(126.599)

24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	**17.512**	14.525
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**1.769**	2.205
Recuperação de despesa (ISS/INSS)	**416**	3.018
Baixa de depósitos judiciais	**(780)**	(1.503)
Outras	**933**	1.852
Acordo trabalhista OGMO*	**319**	1.972
	20.169	22.069

* O valor credor de R$ 319 (R$ 1.972 em 2015) foi originado por redução de obrigação da obrigação trabalhista a pagar junto a OGMO, oriundo de acordo trabalhista finalizado durante o exercício de 2016.

25. Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Nono Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R$17,4 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R$ 181 milhões, com vigência até 3 de junho de 2019.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Curitiba, 09 de março de 2017.

Luiz Antonio Rodrigues Alves Filho
Diretor Presidente

Alexandre Rubio Teixeira Pinto
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, elaboradas pela Administração da Companhia.

Curitiba, 09 de março de 2017.

Luiz Antonio Rodrigues Alves Filho
Diretor Presidente

Alexandre Rubio Teixeira Pinto
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores